COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 7.354, DE 2014

Cria o Fundo de Desenvolvimento da Mídia Independente, e dá outras providências.

Autora: Deputada LUCIANA SANTOS

Relator: Deputado PAULO MAGALHÃES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.354, de 2014, oferecido pela ilustre Deputada LUCIANA SANTOS, é resultado de debates empreendidos em Subcomissão desta CCTCI, destinada a analisar formas de financiamento da mídia alternativa.

A proposta cria um Fundo de Desenvolvimento da Mídia Independente (FDMI), cujo objetivo, estabelecido no art. 2º do texto, é “propiciar recursos destinados à instalação, à manutenção e à modernização de veículos de mídia independente”.

O acompanhamento, a fiscalização e a execução orçamentária e financeira do FDMI ficam sob a égide de órgão responsável pela elaboração das políticas de cultura, conforme dispõe o art. 5º da proposição em exame.

O art. 6º relaciona as receitas do Fundo, a saber:

I – dotações designadas na lei orçamentária anual da União e seus créditos adicionais;

II – 10% (dez por cento) dos recursos do FISTEL decorrentes de pagamentos ao Estado por outorgas, expedição de autorizações para serviços de telecomunicações, emolumentos, multas e indenizações, recolhidos;

III – 20% (vinte por cento) dos recursos do FISTEL decorrentes da outorga do direito de uso de radiofrequências e respectivas multas e indenizações.

IV – 50% (cinquenta por cento) dos recursos auferidos na outorga onerosa de concessão ou permissão para executar os serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens;

V – contribuição de 1% (um por cento) sobre a receita operacional bruta, excluídos os impostos, de emissoras de radiodifusão de sons e de sons e imagens comerciais que não sejam classificadas como veículos de comunicação de pequeno porte, nos termos desta Lei;

VI – contribuição de 1% (um por cento) sobre a receita operacional bruta, excluídos os impostos, de prestadoras do serviço de acesso condicionado;

VII – doações;

VIII – outras que lhe vierem a ser destinadas.

De acordo com o art. 7º, os recursos do FDMI poderão ser aplicados em aquisição de equipamentos, contratação de pessoal e produção de conteúdo das emissoras beneficiadas.

O art. 8º, enfim, determina a publicação de demonstrativos de aplicação dos recursos do Fundo, discriminando as entidades beneficiadas e as rubricas de despesa.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Cultura, tendo recebido parecer pela sua APROVAÇÃO.

Vem a exame da Comissão de Ciência e Tecnologia para apreciação no mérito, consoante o disposto no art. 32, inciso III, do Regimento Interno.

Será posteriormente remetida às Comissões de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do RICD) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

Transcorrido o prazo regimental nesta CCTCI, não foram oferecidas emendas ao texto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto ora em exame foi proposto com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da mídia independente, rubrica na qual se incluem as emissoras comunitárias, as emissoras educativas, os canais de veiculação obrigatória na televisão por assinatura e os veículos denominados de pequeno porte.

Entre esses veículos de pequeno porte a proposta inclui, além das rádios de alcance local, os jornais impressos, os sítios e os blogs de internet classificados como micro e pequenas empresas.

Para o custeio de todos esses veículos, cria um Fundo de Desenvolvimento da Mídia Independente (FDMI).

O Fundo recebe receitas oriundas de diversas fontes, enumeradas no art. 6º da proposta em exame.

Além de recursos do orçamento público, são destinadas a esse fundo parcelas do FISTEL, fundo de fiscalização das telecomunicações, especificamente oriundas de outorgas, autorizações ou emolumentos (inciso II) e da autorização de uso de radiofrequências (inciso III).

É criada, ainda, uma contribuição de 1% sobre a receita bruta de empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens (inciso V) e sobre a receita bruta de operadoras de serviço de acesso condicionado, ou seja, televisão por assinatura (inciso VI).

No exame do mérito da matéria há, a nosso ver, três questões que merecem ser destacadas.

A primeira questão é a da conveniência de oferecer a esses veículos, cujo objetivo é de comunicação pública, um montante elevado de recursos. O valor da receita anual do Fundo poderá ultrapassar R\$ 200 milhões, se considerarmos as últimas indicações de receitas de radiodifusão e serviços por assinatura, apuradas em 2014 pelo Projeto Intermeios.

A comunicação pública e as emissoras de pequeno porte não se destinam a competir com o sistema comercial, mas a complementar sua atuação. Sua outorga é simplificada, não incorrendo em pagamento. Sua atuação é local. No caso dos canais de carregamento obrigatório, o espaço de veiculação é assegurado.

A comunicação pública já dispõe do suporte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada pela Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que deveria servir como entidade de apoio a esse sistema. A EBC dispõe precisamente de recursos para tal fim, previstos no art. 32 da Lei.

Isto nos traz à segunda questão a ser examinada. O Fundo de Desenvolvimento da Mídia Independente (FDMI), que se pretende criar, se sobrepõe à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, prevista no art. 32 da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Essa contribuição incide sobre serviços de telecomunicações e de radiodifusão, representando importante receita.

Destina-se à “melhoria dos serviços de radiodifusão pública e para a ampliação de sua penetração”, conforme consta do caput desse artigo, tendo, portanto, objetivo idêntico ao da proposta em exame.

Desse modo, ainda que se institua base de cálculo distinta e mecanismos de repasse peculiares, fica evidente que está sendo aqui proposta uma nova contribuição incidente sobre serviços que já vêm sendo objeto de outra contribuição da mesma natureza e com a mesma destinação. Parece-nos uma pretensão inadequada.

O eventual questionamento ou mau uso de outro recurso não é, a nosso ver, justificativa razoável para sua duplicação mediante novo mecanismo.

A terceira questão que desejamos apontar refere-se à inclusão, na proposta, de veículos como impressos, sítios e blogs. Estes possuem, eventualmente, receitas próprias, ainda que reduzidas em virtude do tamanho do empreendimento.

Há que se perguntar, então, qual a justificativa para se direcionar recursos a esses entes privados. Neste momento, o mercado de mídia como um todo vive uma profunda crise. Empresas tradicionais vêm reduzindo suas equipes, integrando redações, suspendendo a circulação de títulos e, em alguns casos, buscando o caminho da recuperação judicial. As dificuldades de financiamento não são privilégio das pequenas operações, mas um desafio para todo o setor.

Nesse contexto, entendo ser injustificável o recolhimento de nova contribuição e sua destinação a empresas que operam em um setor em crise, gerando assimetrias adicionais e distorcendo a competição.

Pelas razões expostas, nos posicionamos contrariamente à iniciativa, embora reconheçamos a meritória preocupação da Subcomissão com a diversidade de fontes de informação jornalística e o fomento à mídia pública.

O nosso VOTO, em suma, é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 7.354, de 2014.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado PAULO MAGALHÃES
Relator